



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE | |
| <i>I – Introdução: os Fundamentos da Lei Florestal Brasileira</i> | 7 |
| <i>II – Função Social e Privada da Propriedade e as Florestas</i> | 8 |
| <i>III – Competência para Legislar e Controlar as Florestas</i> | 11 |
| <i>IV – Área de Preservação Permanente-APP</i> | |
| 1. Conceito e características | 11 |
| 2. Vegetação nativa e vegetação exótica na APP | 13 |
| 3. Conteúdo e dimensionamento dos direitos individuais e APP | 13 |
| 4. Tipos de APP | |
| 4.1 Introdução | 14 |
| 4.2 APPs nas margens dos cursos d'água | 15 |
| 4.3 APP no entorno dos lagos e lagoas naturais, dos reservatórios d'água artificiais e das nascentes e dos olhos d'água | 16 |
| 4.4 APP nas montanhas ou encostas | 17 |
| 4.5 APP nas restingas, manguezais e veredas | 19 |
| 5. Recomposição da APP conforme a dimensão do imóvel rural em Áreas Rurais Consolidadas | 20 |
| 5.1 Áreas Consolidadas | 20 |
| 5.2 Recomposição florestal da APP e obrigação de reparar o dano ambiental | 21 |
| 5.3 A recomposição da APP em áreas consolidadas | |
| 5.3.1 O art. 61-A e a obrigação constitucional de proteção integral da APP, 22; 5.3.2 Recomposição das faixas marginais conforme o art. 61-A da Lei 12.651/2012, os vetos e o Decreto 7.830/2012, 23 | |
| 6. Da medição das áreas marginais dos cursos de águas e os terrenos marginais: o engano da Lei 12.651/2012 | 27 |
| 7. Regime jurídico das APPs | 28 |
| 8. APP, pequena propriedade rural e baixo impacto ambiental | |
| 8.1 Conceito de pequena propriedade rural | 29 |
| 8.2 A pequena propriedade rural e a supressão da vegetação na APP | 29 |
| 8.2.1 Inadequação ecológica da redução da APP na pequena propriedade rural, 30; 8.2.2 Declaração perante o órgão ambiental e supressão de vegetação, 31 | |
| 8.3 Atividades que podem ser realizadas na APP de pequena propriedade rural familiar | 32 |
| 9. Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente | 36 |

| | |
|---|----|
| 10. Tutela penal das APPs | |
| 10.1 O art. 38 da Lei 9.605/1998 e a destruição e a utilização da Floresta considerada de Preservação Permanente..... | 37 |
| 10.2 O art. 39 da Lei 9.605/1998 e o corte de árvores em Floresta de Preservação Permanente | 39 |
| 10.3 Extração de pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais da Floresta considerada de Preservação Permanente e o crime do art. 44 da Lei 9.605/1998 | 40 |
| 10.4 Impedimento da regeneração natural e a APP..... | 40 |
| 11. Conclusão..... | 42 |
| 2. ÁREA DE RESERVA LEGAL | |
| 1. Funções da Área de Reserva Legal..... | 43 |
| 2. Delimitação da Reserva Legal | |
| 2.1 Regra geral da delimitação | 44 |
| 2.2 Alteração no percentual da Reserva Legal na Amazônia Legal | 45 |
| 3. Inexigibilidade da Reserva Legal | 45 |
| 4. Localização da Reserva Legal | |
| 4.1 Aprovação por órgão estadual integrante do SISNAMA e uso da Reserva Legal..... | 46 |
| 4.2 Estudos e critérios para a localização da Área de Reserva Legal | 47 |
| 4.3 Consequências da protocolização do pedido de aprovação da localização..... | 49 |
| 4.4 Cômputo da APP no cálculo do percentual da Reserva Legal | 49 |
| 5. Manejo e uso da Área da Reserva Legal | |
| 5.1 Conceito de manejo sustentável | 50 |
| 5.2 Conceituação de vegetação nativa..... | 51 |
| 5.3 Manejo sustentável da Reserva Legal com propósito comercial | |
| 5.3.1 Manejo sustentável da Reserva Legal com propósito comercial: autorização e vegetação nativa, 51; 5.3.2 Crime na utilização da Reserva Legal sem autorização, 53 | |
| 5.4 Manejo sustentável da Reserva Legal sem propósito comercial | 54 |
| 5.5 Liberdade na coleta de produtos florestais não madeireiros | 55 |
| 6. O registro da Área de Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural-CAR | |
| 6.1 Cadastro Ambiental Rural/CAR..... | 55 |
| 6.2 Registro da Área de Reserva Legal no CAR..... | 56 |
| 6.3 A ausência de averbação como infração administrativa..... | 56 |
| 7. Agricultura familiar e Área de Reserva Legal | |
| 7.1 Introdução | 57 |
| 7.2 Registro da Área de Reserva Legal e a pequena propriedade ou posse rural..... | 57 |
| 7.3 Vegetação da Reserva Legal da pequena propriedade ou posse rural..... | 57 |
| 7.4 Manejo sustentável para a exploração, sem propósito comercial, na pequena propriedade rural | |
| 7.4.1 Desnecessidade de autorização e limitação da retirada de material lenhoso, 58; 7.4.2 Limite de utilização para posse coletiva de populações | |

tradicionais, 58; 7.4.3 *A não reposição florestal do consumo próprio: uma extravagância inconstitucional*, 59

| | |
|---|----|
| 7.5 <i>Manejo sustentável para a exploração com propósito comercial e o dever de informação</i> | 59 |
| 8. <i>Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal</i> | 59 |
| 8.1 <i>Recomposição</i> | 60 |
| 8.2 <i>Regeneração</i> | 61 |
| 8.3 <i>Compensação</i> | 61 |
| 9. <i>Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente</i> | 62 |

3. COMPETÊNCIA AMBIENTAL COMUM NA LEI COMPLEMENTAR 140/2011

| | |
|---|----|
| 1. <i>A lei complementar e a competência comum</i> | |
| 1.1 <i>Lei Complementar</i> | 65 |
| 1.2 <i>Competência comum</i> | 66 |
| 2. <i>Objetivos da Lei Complementar 140, de 8.12.2011</i> | |
| 2.1 <i>Introdução</i> | 67 |
| 2.2 <i>Evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos</i> | 67 |
| 3. <i>Distribuição de competências por matérias</i> | 68 |
| 4. <i>Repartição do licenciamento ambiental na Lei Complementar 140/2011</i> | |
| 4.1 <i>União</i> | 71 |
| 4.2 <i>Estados</i> | 72 |
| 4.3 <i>Municípios</i> | 72 |
| 5. <i>Inconstitucionalidade da previsão de licenças ambientais através de “tipologia” estabelecida pelo Poder Executivo. Posicionamento da Constituição no art. 170</i> | 72 |
| 6. <i>Conclusão</i> | 75 |

4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

I – Licenciamento Ambiental e a Lei Complementar 140/2011

| | |
|---|----|
| 1. <i>Conceito de licenciamento ambiental</i> | |
| 1.1 <i>O conceito e os princípios do licenciamento ambiental</i> | 76 |
| 1.2 <i>Abrangência do licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental</i> | 77 |
| 1.3 <i>O licenciamento na redação do art. 10 da Lei 6.938/1981</i> | 77 |
| 1.4 <i>Licença, autorização e licenciamento ambiental</i> | 78 |
| 2. <i>O licenciamento ambiental, a Lei Complementar 140/2011, como norma geral, e a competência suplementar dos Estados</i> | 79 |
| 3. <i>Instituição do licenciamento ambiental por um único ente federativo, pela Lei Complementar 140/2011</i> | 80 |
| 3.1 <i>A unicidade do licenciamento não pode ser um dogma</i> | 80 |
| 3.2 <i>Licenciamento ambiental e eficiência</i> | 81 |
| 3.3 <i>O licenciamento único e as gerações futuras</i> | 81 |
| 3.4 <i>Ação cooperadora dos entes federativos no licenciamento ambiental</i> | 82 |
| 4. <i>Licenciamento ambiental supletivo</i> | |
| 4.1 <i>Introdução</i> | 82 |
| 4.2 <i>Licença ambiental supletiva em caso de inexistência de órgão ambiental</i> | 83 |

| | |
|---|-----|
| 4.3 Licença ambiental supletiva por inércia do órgão ambiental | 84 |
| 5. O licenciamento ambiental e os prazos | 84 |
| 5.1 Fixação de prazo para o processo de licenciamento ambiental | 85 |
| 5.2 Complementação de informações, suspensão do processo e prazo | 85 |
| 5.3 Inexistência do dever de emissão de licença por decurso de prazo..... | 85 |
| 5.4 Renovação das licenças ambientais e efeitos de sua solicitação..... | 86 |
| 6. A complementação de informações pelo empreendedor, o órgão ambiental e a manifestação da sociedade..... | 86 |
| 7. Poder fiscalizador dos entes federativos..... | 87 |
| 7.1 O auto de infração ambiental e a instauração de processo para apuração de infrações..... | 87 |
| 7.2 Comunicação de infração ambiental por qualquer pessoa | 88 |
| 7.3 Situações de emergência ou de dano ambiental e poder de polícia am- biental..... | 88 |
| II – Licenciamento Ambiental – Características e Especificidades | |
| 1. Licenciamento ambiental e imparcialidade: pela instauração de um novo órgão decisório | 89 |
| 2. Licenciamento ambiental estadual e legislação federal..... | 91 |
| 3. Licenciamento ambiental e zoneamento ambiental | 91 |
| 4. Licenciamento ambiental e padrões de qualidade..... | 91 |
| 5. Licenciamento ambiental e normas de emissão..... | 92 |
| 6. Licenciamento ambiental: prazo de validade, decadência e revogação | 93 |
| 7. Licenciamento ambiental e financiamento por instituições oficiais | 94 |
| 8. Tipos de licenciamento ambiental..... | 95 |
| 9. Licenciamento ambiental e controle da poluição. Tecnologia apropriada..... | 96 |
| 10. Licenciamento ambiental e unidade do licenciamento | 97 |
| 11. Licenciamento ambiental e crime – Descumprimento das normas legais e regulamentares | 98 |
| 12. Dos funcionários públicos e dos crimes contra a Administração ambiental..... | 100 |
| 13. Do crime de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental | 102 |
| 14. Do crime de impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público | 103 |
| 15. O licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais..... | 103 |
| 16. O licenciamento ambiental de petróleo, gás natural e amianto | |
| 16.1 Extração, industrialização, exploração e produção de petróleo e de gás natural – A Agência Nacional de Petróleo-ANP | 104 |
| 16.2 Extração, industrialização, comércio e transporte de asbesto/amianto..... | 106 |
| 17. Licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários | |
| 17.1 O sentido das etapas de eficiência no tratamento de esgotos..... | 108 |
| 17.2 Da capacidade de pagamento dos usuários | 109 |
| 17.3 Do procedimento simplificado de licenciamento | 110 |